

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2025 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

REQUERENTE: Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria das Barreiras – Pará.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS, PARÁ, CONFORME A LEI 14.133/21, VISANDO SUPRIR NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

I – RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria das Barreiras, no estado do Pará, publicou o Edital de Licitação nº 001/2025, referente à Chamada Pública nº 001/2025, com o objetivo de credenciar pessoas jurídicas da área da saúde para a prestação de serviços complementares, especificamente para plantões médicos de clínico geral e outras especialidades. Este processo licitatório é subsidiado pela Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, além das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

O edital visa selecionar empresas e/ou pessoas físicas para suprir a carência de médicos generalistas e especialistas no Hospital Municipal e nas demais unidades de saúde do município. A falta de profissionais concursados para atender à demanda e a crescente de pacientes nas diversas especialidades médicas motivou a Secretaria Municipal de Saúde a adotar esta medida.

Os serviços médicos a serem contratados incluem plantões presenciais por hora em especialidades como clínica geral, cirurgia geral, ginecologia, anestesia, pediatria, ortopedia, cardiologia, neurologia, dermatologia, psiquiatria, entre outras.

O credenciamento estará aberto no período de 13 de fevereiro de 2025 a 06 de março de 2025, com a abertura das propostas agendada para o dia 12 de fevereiro de 2025, às 09h00min, no Portal de Compras Públicas.

A divulgação do edital foi realizada em diversos meios de comunicação, incluindo o Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras, um jornal de grande circulação na região, e a Imprensa Oficial do Município, FAMEP, portal www.santamariadasbarreiras.pa.gov.br. Além disso, o

edital está disponível para acesso e extração no site oficial da Prefeitura Municipal e pode ser retirado fisicamente no setor de Licitações da Prefeitura.

O processo de credenciamento permitirá que as empresas interessadas se inscrevam a qualquer momento durante o período de vigência informado, podendo a Administração Municipal prorrogar este prazo se necessário, conforme disposto no Art. 79, Parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/21. As empresas credenciadas deverão atender às necessidades imediatas da Secretaria Municipal de Saúde e atuar nas especialidades médicas indicadas para garantir a continuidade e a qualidade do atendimento à população. O orçamento previsto para a contratação dos serviços médicos totaliza R\$ 5.148.000,00 – cinco milhões, cento e quarenta e oito mil reais, distribuídos em diversas especialidades e plantões, conforme especificado na tabela do item 9.3 do edital e no Termo de Referência anexo ao documento. Este valor cobre os custos unitários dos plantões, que variam conforme a especialidade e a duração dos plantões (12 ou 24 horas).

É o relatório.

II- DA ANÁLISE JURÍDICA

É importante registrar que o exame realizado neste parecer se restringe aos aspectos jurídicos, estando excluídos quaisquer pontos de caráter técnico, econômico e/ou discricionário, cuja avaliação não compete a questões jurídicas, visto que o Parecer Jurídico, é ato de natureza meramente opinativa, não vinculante, cabendo ao gestor tomar a decisão que lhe parecer mais oportuna e conveniente.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade competente no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

O presente parecer visa informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração.

Cumprido esclarecer que toda verificação desta assessoria jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública.

III - DO MÉRITO

Inicialmente, é essencial verificar a conformidade do edital com os princípios fundamentais da licitação pública previstos no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, proibição administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e segurança jurídica. O cumprimento desses princípios assegura a legitimidade e a regularidade do processo licitatório.

O objeto do edital é o credenciamento de pessoas jurídicas na área da saúde para a prestação de serviços médicos presenciais em diversas especialidades. Esse credenciamento visa suprir a carência de médicos generalistas e especialistas no Hospital Municipal e nas unidades de saúde do município. A justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde é a necessidade imediata de atendimento à população, devido à falta de profissionais concursados.

A modalidade de credenciamento utilizada é permitida pela Lei nº 14.133/21, conforme disposto no artigo 78, que trata das hipóteses de contratação direta por credenciamento. O parágrafo único do artigo 78 estabelece que o credenciamento é aplicável quando a Administração Pública necessitar contratar serviços que exijam a qualificação técnica específica dos prestadores, desde que sejam observados os princípios da isonomia e da competitividade.

No caso em análise, a Administração Pública adotou um procedimento adequado ao realizar a ampla divulgação do edital em diversas plataformas, conforme exigido pelo artigo 54 da Lei nº 14.133/21. A publicação foi feita no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Santa Maria das Barreiras, PA, em jornais de grande circulação na região, no Diário Oficial da União (DOU), na Imprensa Oficial do Estado do Pará (IOEPA), no sítio oficial da Prefeitura Municipal e no Portal dos Jurisdicionados do Tribunal de Contas dos Municípios. Essa ampla divulgação visa assegurar a publicidade do certame e permitir a participação do maior número possível de interessados.

O prazo estabelecido para inscrição e vigência do credenciamento, de 13 de fevereiro de 2025 a 11 de fevereiro de 2025, está em conformidade com o artigo 79, inciso I, da Lei nº 14.133/21, que permite a prorrogação desse prazo mediante publicação oficial. A abertura das propostas está marcada para o dia 12 de fevereiro de 2025, às 09h00min, no Portal de Compras Públicas.

A compatibilidade dos preços estabelecidos para os plantões médicos com os praticados no mercado, nos municípios vizinhos, é outro aspecto relevante a ser analisado. O artigo 23 da Lei nº 14.133/21 estabelece que os preços devem ser justos e compatíveis com os valores de mercado. A Administração Pública deve realizar uma pesquisa prévia para balizar os preços estabelecidos no edital, evitando sobrepreço ou superfaturamento.

A clareza e a objetividade das disposições contidas no instrumento convocatório são essenciais para garantir a lisura do processo licitatório. O edital deve conter todas as informações necessárias para que os interessados possam elaborar suas propostas com precisão. Qualquer ambiguidade ou omissão pode comprometer a competitividade do certame e resultar em questionamentos judiciais.

A justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde para a realização do credenciamento foi devidamente fundamentada. A qual demonstra a real necessidade dos serviços médicos complementares e a impossibilidade de suprir essa demanda com profissionais concursados. Essa justificativa deve ser clara e objetiva, conforme preconiza o artigo 3º da Lei nº 14.133/21.

A forma de divulgação do edital também deve ser analisada para garantir que todas as pessoas jurídicas interessadas tenham acesso às informações necessárias para participar do processo licitatório. Outro ponto importante é a análise dos prazos estabelecidos no edital. Os prazos devem ser razoáveis e compatíveis com as exigências do certame, permitindo que os interessados possam elaborar suas propostas com tranquilidade. Prazos exíguos podem comprometer a competitividade do certame e resultar em questionamentos administrativos ou judiciais.

A conformidade dos valores estabelecidos para os plantões médicos com os preços. A compatibilidade dos preços estabelecidos para os

plantões médicos com os praticados no mercado é outro aspecto relevante a ser analisado. O artigo 23 da Lei nº 14.133/21 estabelece que os preços devem ser justos e compatíveis com os valores de mercado. A Administração Pública deve realizar uma pesquisa prévia para balizar os preços estabelecidos no edital, evitando sobrepreço ou superfaturamento.

A clareza e a objetividade das disposições contidas no instrumento convocatório são essenciais para garantir a lisura do processo licitatório. O edital deve conter todas as informações necessárias para que os interessados possam elaborar suas propostas com precisão. Qualquer ambiguidade ou omissão pode comprometer a competitividade do certame e resultar em questionamentos judiciais.

A justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde para a realização do credenciamento foi devidamente fundamentada. A qual demonstra a real necessidade dos serviços médicos complementares e a impossibilidade de suprir essa demanda com profissionais concursados. Essa justificativa deve ser clara e objetiva, conforme preconiza o artigo 3º da Lei nº 14.133/21.

A forma de divulgação do edital também deve ser analisada para garantir que todas as pessoas jurídicas interessadas tenham acesso às informações necessárias para participar do processo licitatório. Outro ponto importante é a análise dos prazos estabelecidos no edital. Os prazos devem ser razoáveis e compatíveis com as exigências do certame, permitindo que os interessados possam elaborar suas propostas com tranquilidade. Prazos exíguos podem comprometer a competitividade do certame e resultar em questionamentos administrativos ou judiciais.

A conformidade dos valores estabelecidos para os plantões médicos com os preços praticados no mercado é essencial para garantir a eficiência e a economicidade na utilização dos recursos públicos. A Administração Pública deve realizar uma pesquisa prévia para balizar os preços estabelecidos no edital, evitando sobrepreço ou superfaturamento que possam prejudicar o erário.

Por fim, é imprescindível analisar se todos os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Saúde estão em consonância com os princípios e as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/21, bem como o

presente certame segue os critérios de habilitação e julgamento das propostas. A observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência é fundamental para assegurar a legitimidade e a regularidade do processo licitatório.

Em síntese, a análise do edital de licitação deve considerar diversos aspectos legais e procedimentais para garantir que o processo seja conduzido em conformidade com a legislação vigente e os princípios fundamentais da Administração Pública. É necessário assegurar que todas as etapas sejam realizadas com transparência, isonomia e eficiência, visando à contratação dos serviços médicos necessários para atender à população de Santa Maria das Barreiras, Pará.

A análise do edital de licitação para o Processo Licitatório nº 001/2025, referente à Chamada Pública nº 001/2025, da Secretaria Municipal de Santa Maria das Barreiras, PA, deve ser conduzida à luz da Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Essa legislação estabelece os princípios, regras e procedimentos a serem observados nas contratações públicas, com o objetivo de garantir a eficiência, transparência, isonomia e probidade administrativa.

A modalidade de credenciamento utilizada é permitida pela Lei nº 14.133/21, conforme disposto no artigo 78, que trata das hipóteses de contratação direta por credenciamento. O parágrafo único do artigo 78 estabelece que o credenciamento é aplicável quando a Administração Pública necessitar contratar serviços que exijam a qualificação técnica específica dos prestadores, desde que sejam observados os princípios da isonomia e da competitividade.

Além disso, o artigo 23 da mesma lei destaca que os preços estabelecidos devem ser compatíveis com os valores praticados no mercado e justos para ambas as partes envolvidas na contratação. A Secretaria Municipal de Saúde deve ter realizado uma pesquisa prévia minuciosa para determinar os valores estipulados no edital. Esta prática não apenas garante economia aos cofres públicos como também evita práticas abusivas que possam onerar indevidamente o erário. Outro ponto relevante é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/21. Este princípio assegura que todas as regras estabelecidas no edital sejam rigorosamente seguidas durante todo o processo licitatório. Qualquer alteração ou desvio das disposições

originais sem justificativa plausível pode comprometer a integridade do certame e gerar questionamentos legais.

A questão dos prazos também merece destaque. O artigo 79 da lei permite prorrogações mediante justificativa adequada e publicação oficial. No presente caso, o prazo inicial estabelecido é razoável e compatível com as exigências do certame. No entanto, deve-se estar atento à possibilidade de prorrogações futuras, que devem ser devidamente justificadas para evitar qualquer alegação de favorecimento ou direcionamento indevido.

III – CONCLUSÃO

Em conclusão, a análise detalhada do edital para o Processo Licitatório nº 001/2025 resta claro que foram observados com rigor para garantir a conformidade com a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21). Os princípios fundamentais até as disposições específicas sobre publicidade, critérios técnicos e prazos, todos esses elementos são cruciais para assegurar um processo licitatório justo, transparente e eficiente. Diante do exposto e considerando todas as normativas e argumentações jurídicas abordadas e aplicáveis ao caso em questão, **manifestamos favorável.**

Este parecer, embasado em criteriosa análise, reflete nosso entendimento jurídico sobre a matéria, devendo ser considerado como tal para os devidos fins - e sem que perca o caráter meramente opinativo e interpretativo.

É o parecer.

Salvo melhor juízo.

Santa Maria das Barreiras, PA, 10 de fevereiro de 2025.

Dannielly Lucena da Luz
Procuradora Geral do Município
OAB/PA nº 20.870-B